

quatro grandes setores do Governo separadamente, e quanto aos Institutos, conforme os grupos que formassem segundo as afinidades de objetivos. O "Ministério", só o reuniria o Presidente; mas as quatro seções ou conjuntos ministeriais, bem como os conjuntos formados pelas instituições autárquicas, teriam sucessivamente os seus titulares reunidos em conferência com o Chefe daquele órgão superior, permitindo-lhe assim acompanhar e ajustar "pari passu" a obra de governo em curso e levar ao Presidente, cada vez que com êle despachasse, não só as soluções dos casos especiais, em estudo, que interessassem a mais de um Ministério ou a mais de um Instituto, senão ainda uma resenha geral da marcha dos negócios públicos e da execução das diretrizes traçadas. O Presidente, ao seu turno, teria de tudo um efetivo controle. No seu despacho com os Ministros e com os Presidentes de Institutos que lhe fôsem diretamente subordinados, inteirar-se-ia dos trabalhos e do movimento dos diferentes setores administrativos, apreciando também a reação que os dirigentes da administração oferecessem às diretivas de governo que houvessem sido assentadas e à ação do órgão coordenador. Por outro lado, despachando com o Chefe do Gabinete Técnico ou Estado-Maior da Presidência, suas vistas cobririam o panorama geral da vida nacional e os seus grandes problemas, o ritmo geral dos negócios públicos em suas complexas interrelações, e informar-se-ia, além disso, da maneira por que os diferentes Ministérios e Institutos estavam colaborando nos planos governamentais. Assim ficaria

habilitado a remediar no momento oportuno as deficiências, os retardamentos, as dificuldades que fôsem surgindo na gestão geral dos serviços públicos. E sempre teria à mão, naquele órgão, não somente os técnicos de "élite" para o conselho e a elaboração dos planos que desekasse, mas ainda a documentação e os elementos de comprovação, confronto e investigação de que carecesse para a solução de determinado problema, ou para ajuizar com segurança sobre determinada ordem de fatos, de configuração complexa ou que afetasse mais de um setor ou mais de uma órbita da administração, senão da própria vida nacional. O Gabinete Técnico, por sua vez, sendo o mais eminente dos órgãos que se destinariam à grande síntese e unificação da obra governamental, teria necessariamente a colaboração integral por êle mesmo programada dos outros dois — o Departamento Administrativo do Serviço Público e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; — mesmo porque, se os problemas de governo têm de ser resolvidos com base na boa ordem e na eficiência da organização administrativa, suas soluções devem orientar-se pela documentação e pela análise estatístico-geográfica.

Qualquer espírito que medite um pouco sobre êsse empolgante aspecto da reorganização nacional, há de logo sentir-se dominado por uma perfeita consciência da necessidade do órgão superior que se propugna e da transcendência de sua missão. Mais não será preciso, pois, acrescentar para justificar-lhe a criação".

O D. A. S. P. e a indústria privada

Uma das grandes e inestimáveis vantagens das democracias funcionais é a possibilidade irrestrita do controle externo sobre os negócios públicos. Hoje, com a evolução constante do nível cultural do povo e o crescente interesse das atividades privadas no andamento da máquina governamental, esta modalidade de controle vem aumentando ininterruptamente. Dêsse modo, se no século XVII os camponeses ingleses começaram exigindo apenas o controle das receitas tributárias, hoje, o cidadão comum, o homem da rua — o contribuinte, enfim — está sempre interessado nos mínimos movimentos dos responsáveis pelos negócios públicos. Sentindo os problemas nacionais no próprio cerne, a indústria privada é hoje em cada país uma sentinela avançada. Ligada cada vez mais estreitamente aos destinos do país pela gradação crescente do intervencionismo, a indústria privada é levada a postar-se permanentemen-

te alerta, sondando governantes, estudando tendências, auscultando diretrizes, zelando enfim pela própria sorte.

Tais circunstâncias explicam por que, em fins do ano p.p., receosos de mudanças radicais em nossa Administração — dada a instabilidade política de então — os dirigentes do Instituto de Organização Racional do Trabalho, de São Paulo, dentre os quais temos o prazer de salientar os nomes do Sr. Aldo Mário de Azevedo, diretor de honra daquela entidade, do Sr. Moacir E. Álvaro e Gastão Vidigal, presidente e vice-presidente, do Senhor Abelardo Vergueiro César e Joaquim A. Sampaio Vidal, diretores, Sr. Horácio de Melo, da Associação Comercial de São Paulo, Sr. Joaquim G. Penteado, da Diretoria da Federação de Indústrias, Sr. M. A. Xavier da Silveira, da Bolsa de Mercadorias, Srs. Roberto Mange, Italo Bologna e outras figuras altamente representativas

da Indústria Brasileira, que dirigiram um apêlo ao então Ministro da Justiça, no sentido de que os governos federal e estaduais não se afastassem de suas características quanto ao serviço civil, mantendo o D.A.S.P. e os D.S.P. estaduais — que representam no Brasil o corolário estrutural das idéias mais avançadas a respeito de administração específica e geral, discernidas cientificamente desde o livro clássico de Willoughby, velho campeão da democracia americana.

Como se vê, estão de parabens o D.A.S.P. e os D.S.P. assim como os continuadores da valiosa obra iniciada por Armando de Sales Oliveira — fundador, e primeiro presidente de honra do Idort — pelo interesse louvável com que procuram acompanhar a atual evolução dos rumos administrativos do país, procurando com estimável solicitude sobreestar possíveis enganos dos nossos atuais dirigentes, — tudo dentro de uma notável demonstração de vigoroso caráter cívico.

O D.A.S.P. e a Indústria Privada

em nome da indústria e comércio brasileiros, que se uniram para a criação do D.A.S.P. e dos D.S.P. estaduais, visando a melhoria do serviço público e a eficiência da administração. Este movimento representa um passo importante na evolução da administração pública brasileira, refletindo a preocupação dos empresários e comerciantes com a melhoria dos serviços prestados pelo Estado.

Uma das grandes e importantes realizações da indústria e comércio brasileiros é a criação do D.A.S.P. e dos D.S.P. estaduais, visando a melhoria do serviço público e a eficiência da administração. Este movimento representa um passo importante na evolução da administração pública brasileira, refletindo a preocupação dos empresários e comerciantes com a melhoria dos serviços prestados pelo Estado.